

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

Em Abril último, o Partido Comunista Português realizou com êxito mais uma reunião do seu Comité Central. Foi discutido e aprovado o Relatório do camarada ALVARO CUNHAL, Secretário-geral do Partido, sobre «As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional».

O Relatório desenvolve amplamente os pontos programáticos do Partido na actual fase da Revolução Democrática e Nacional, e analisa, de forma viva e polémica as principais dúvidas e interrogações que se têm formulado, dentro do Partido e fora dele, sobre importantes aspectos da linha política e tática do Partido. A todas estas questões, Alvaro Cunhal responde de modo claro e objectivo, desvendando a raiz ideológica pequeno-burguesa das tendências radicalistas e extremistas que se manifestam com frequência no movimento operário e democrático português.

Estudar e discutir amplamente, quando publicado, este importante documento político do Partido, em ligação estreita com as tarefas de cada militante, é uma necessidade inadiável de todo o Partido. Isto permitirá armar ideologicamente o Partido para continuar na vanguarda da classe operária e das massas populares na luta pelas suas

reivindicações e pelo derrubamento da ditadura fascista de Salazar.

O Comité Central publicou também um vibrante apelo à classe operária e a todos os trabalhadores portugueses por ocasião do 1º de Maio, o qual foi amplamente divulgado pela «Rádio Portugal Livre» antes daquela data.

Também desta reunião saíu um comunicado do CC do PCP sobre a situação no movimento comunista internacional, reafirmando a posição do nosso Partido face aos problemas ideológicos que separam o Partido Comunista da China e outros partidos, da imensa maioria do movimento comunista e operário internacional.

A reunião do CC, que decorreu num elevado espírito de camaradagem e disciplina, demonstrou a unidade monolítica e a coesão ideológica do Comité Central, encabeçado pelo camarada Alvaro Cunhal, na base da fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Constituiu, assim, mais uma manifestação da vitalidade e força do Partido Comunista que a despeito da feroz repressão fascista mantém bem alta a bandeira da unidade e da luta libertadora do nosso povo contra a ditadura fascista e pela construção dum Portugal Democrático e Livre.

Relatório do Camarada

ÁLVARO CUNHAL

O camarada Alvaro Cunhal situa a luta do nosso povo contra a tirania fascista no quadro da situação internacional actual, afirmando: — «A construção do comunismo na URSS, a construção do Socialismo nos outros países do campo socialista, os movimentos nacional-libertadores nas colónias e países dependentes, a luta da classe operária nos países capitalistas, constituem uma poderosa ajuda ao povo de Portugal na sua luta pela Democracia, a independência nacional e a Paz.»

E mais adiante:

«A situação internacional é favorável ao desenvolvimento da luta do povo português contra a ditadura fascista. Mas só o povo português, pelas suas mãos, poderá libertar-se.»

O atraso económico nacional

Ao analisar o atraso económico nacional, de que faz uma desenvolvida análise, Alvaro Cunhal considera, baseado em factos que cita que o nível de vida em Portugal é o mais baixo da Europa e, demonstrando que a política de guerra absorve uma parte considerável dos recursos nacionais; afirma que: «Uma pesada herança nos deixará a ditadura fascista. Para que a indústria, os transportes, a agricultura, atinjam um nível que os aproxime dos outros países capitalistas mais evoluídos será necessário um esforço gigantesco do povo português, partindo em muitos aspectos de que na actualidade se pode considerar um zero.»

Governo dos monopólios

O camarada Alvaro Cunhal analisa a seguir, demoradamente, como as principais riquezas nacionais se concentram nas mãos dum punhado de monopólios e latifundiários, para concluir:

«Só a libertação do poder dos

monopólios poderá permitir o aproveitamento das riquezas nacionais, o amplo desenvolvimento da economia, a criação duma base industrial que assegure a independência do país, a eliminação da principal base social da reacção e do fascismo.

Lutar contra a ditadura fascista é lutar contra os monopólios. A liquidação do poder dos monopólios é um objectivo central da revolução democrática.»

Pela reforma agrária

É demonstrada a seguir a clamorosa desigualdade na divisão da propriedade da terra no nosso país. No conjunto continental, 3.546 das maiores explorações agrícolas, representando 0,4% do número total das explorações, possuem cerca de 45% do total da terra enquanto que 400 mil das mais pequenas explorações possuem apenas, no conjunto, cerca de 4,5%

deste total. Os 500 maiores proprietários têm mais terra que os 500 mil mais pequenos!

Abordando o choque de interesses contraditórios que colocam constantemente em conflito os grandes lavradores e os grandes industriais e banqueiros, Alvaro Cunhal afirma:

«Apesar porém destas contradições de interesses os grandes proprietários e capitalistas da agricultura estão cada vez mais intimamente ligados ao capital financeiro. Os grandes agrários tornam-se banqueiros e industriais e quase não existe um grande industrial ou banqueiro que se não torne um grande proprietário.» E mais adiante:

«Os grandes proprietários disputam aos grandes industriais e banqueiros a partilha do bolo, mas, de braço dado com eles, apoiam e dirigem a política do governo fascista, exploram e oprimem as classes laboriosas e as mais vastas ca-

madas da população».

Considerando o papel da Reforma Agrária A. Cunhal refere que ela não beneficiará apenas os assalariados rurais mas também a maioria esmagadora dos camponeses, a quem devem ser entregues as terras expropriadas aos grandes agrários.

Contra a exploração, por melhores salários

O capítulo IV do Relatório é dedicado à análise da situação de miséria das massas trabalhadoras e das formas de exploração utilizadas por parte do grande capital. É posta em relevo a política de baixos salários, o aumento brutal dos ritmos e intensidade do trabalho, a crescente utilização a baixo preço da mão de obra feminina e infantil, a crescente introdução e generalização do trabalho à tarefa (continua na 2ª pag.)

A classe operária comemorou O 1º DE MAIO

A jornada do 1º de Maio de 1964, a despeito da acção terrorista do governo, contra os trabalhadores e o povo, constituiu mais uma grande manifestação da unidade da classe operária em luta pelas suas reivindicações. Constituiu mais uma reafirmação da sua posição de vanguarda na luta do povo português contra a ditadura fascista.

No momento em que o governo de traição nacional de Salazar entrega ao imperialismo estrangeiro mais um pedaço do solo nacional, cedendo aos gaulistas uma base militar nos Açores em troca do seu auxílio material e político à vergonhosa guerra colonial, a classe operária e as massas trabalhadoras, seguindo as palavras de ordem do Partido Comunista, realizaram mais uma grande jornada de luta pelo PAO e TRABALHO, pela PAZ em Angola e na Guiné, pela AMNISTIA, pela LIBERDADE e pela DEMOCRACIA. Como o Comité Central do Partido Comunista Português proclamou no seu vibrante apelo do 1º de Maio à classe operária e a todos os trabalhadores, estas são as grandes aspirações actuais do povo português.

Estas aspirações foram gritadas pelos trabalhadores, pelos jovens e pelas mulheres que enfrentando valentemente as brutalidades da PIDE e demais forças repressivas, armadas até aos dentes, se manifestaram aos milhares nas ruas de Lisboa no dia 1º de Maio!

Neste dia mais uma vez correu o sangue generoso dos antifascistas portugueses!

Antecedendo e preparando a grande jornada do 1º de Maio, o País foi coberto semanas antes de inscrições, tarjetas, manifestos e apelos, popularizando as palavras da ordem e consignas do Partido Comunista para esta grande jornada.

Durante muitos dias a RÁDIO PORTUGAL LIVRE, fiel porta-voz da classe operária e das massas populares, chamou os trabalhadores portugueses a comemorarem por todas as formas possíveis o dia internacional dos trabalhadores. Difundindo os apelos do Partido Comunista e as alocações de alguns dos membros da sua Direcção, dirigidos à classe operária e ao povo, a Rádio Portugal Livre prestou e continua a prestar assim, um serviço inestimável à causa dos (continua na 4ª pag.)

Reunião do Comité Central



(continuação da 1ª pag.)
 a prémio, as multas, como processo escandaloso de roubar os operários, as horas extraordinárias e os turnos sem a devida compensação etc.

É também desmascarado nesta parte do Relatório como uma hábil forma de exploração, a chamada democratização do capital com a atribuição aos operários e empregados de algumas empresas de «acções de reduzido valor, que lhe proporcionarão uns magros escudos por ano em troca da renúncia a reivindicarem os aumentos de salário, a que têm direito, muito superiores àquelas migalhas.»

«O melhoramento urgente das condições de vida das classes trabalhadoras — diz o Relatório — é um dos objectivos fundamentais da revolução democrática.»

Fora

o domínio imperialista

Após enumerar os sectores fundamentais da economia nacional total ou parcialmente nas mãos dos imperialistas estrangeiros, o camarada Álvaro Cunhal, afirma:

«O domínio imperialista estrangeiro representa um fardo não menor que aquele que é imposto ao povo português pelos monopólios e latifundiários domésticos». E a terminar esta parte do Relatório:

«A instauração dum regime democrático em Portugal exige a libertação do domínio imperialista. Se a revolução democrática, derrubando a ditadura de Salazar, deixasse intactas as posições dos imperialistas, não só não poderia encaminhar Portugal para o progresso e o bem-estar, como o novo regime democrático em qualquer momento poderia ser apunhalado pelas costas. Uma das condições essenciais da viabilidade dum regime democrático é a libertação do domínio imperialista, pela nacionalização de sectores básicos da nossa economia hoje nas mãos dos imperialistas (minas, transportes e comunicações, electricidade, petróleo, estaleiros, adubos, seguros, comércio externo) e pelo estabelecimento de relações comerciais com o campo socialista.»

Independência

para os povos coloniais

No capítulo dedicado aos problemas coloniais, o Relatório analisa demoradamente os vários aspectos da política colonialista de opressão e rapina dos povos e das riquezas coloniais por parte dos monopólios, em estreita aliança com os imperialistas estrangeiros, a qual se intensificou com o início da guerra colonial. Diz depois:

«A continuação da política de guerra nas colónias, que sofreu já a primeira estrondosa derrota na Índia e sofrerá derrotas ainda mais estrondosas custará cada vez mais caro ao povo português, em vidas, em privações, em sobressaltos. Pôr termo urgente a essa política de guerra é um interesse vital do povo e da nação portuguesa, como é de interesse dos povos das colónias». E mais adiante:

«A libertação das colónias portuguesas não é apenas de justiça para os respectivos povos. Ela é também uma imperiosa necessidade

para a libertação do povo português. Quanto mais rápido melhor. Se Portugal quer ser livre tem que ser livres as colónias portuguesas. Defender o direito dos povos das colónias portuguesas à independência significa, na expressão literal do termo, defender também o direito do povo português à verdadeira independência nacional.»

Paz e amizade

Referindo-se depois ao enorme volume das despesas militares com a NATO («instrumento de dominação imperialista e fascista sobre Portugal e sobre as colónias portuguesas») e com a guerra colonial, que ultrapassaram já em 1962 os 40% do orçamento nacional, A. Cunhal denuncia a política salazarista de subordinação dos interesses nacionais aos planos agressivos do imperialismo, e diz:

«A diminuição das despesas militares é uma condição para o progresso do país e bem-estar do povo.»

Depois de denunciar e condenar e política estrangeira de traição nacional do governo de Salazar ao ceder aos imperialistas pedaços do território nacional para a instalação de bases militares — ontem aos americanos e ingleses, hoje aos revanchistas de Bona e aos maniacos atómicos degaullistas da França — o Relatório, abordando o problema das relações com o campo socialista, incita à «luta para que já hoje se estabeleçam todas as relações possíveis com os países socialistas. A intensificação das relações comerciais e culturais, mesmo nas condições presentes, seria favorável à luta do povo português pela democracia e pela independência nacional.»

Contra o terror fascista e pela democracia

«Debatendo-se em dificuldades crescentes, completamente isolado das grandes massas da população, o governo fascista — diz o relator — apoia-se cada vez mais abertamente apenas na repressão e no terror.»

Denunciando a seguir os aspectos mais vivos da repressão fascista, tais como a criminosa acção da PIDE, os tribunais plenários, o desumano regime prisional, as celebradas medidas de segurança, tudo isto parte integrante do aparelho de Estado fascista dirigido para a repressão às manifestações de descontentamento e de rebeldia dos trabalhadores e das massas populares, o Relatório prossegue:

«Forças políticas que se propõem conquistar o poder e operar profundas transformações na sociedade portuguesa, que se propõem tirar do poder as classes que hoje o têm e levar ao poder classes hoje dominadas, não se podem limitar a tomar conta do aparelho do Estado fascista. Têm de o destruir». E mais adiante:

«A destruição do Estado fascista significa a dissolução da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa, da PIDE, das outras forças repressivas (GNR e PSP), da Legião Portuguesa, da União Nacional, dos tribunais de excepção. Significa a dissolução da organização corporativa. Significa a destruição

da actual orgânica militar, judicial e burocrática.»

Afirmando que este processo de destruição deve começar mesmo antes da revolução democrática, e da conquista do poder e que as forças democráticas não devem limitar-se a destruir a máquina do Estado fascista tendo que substituí-la pela criação dum Estado democrático, o Relatório acrescenta: «Criar um estado democrático, significa: criar um exército democrático, uma polícia democrática, uma justiça democrática, e órgãos do poder que assegurem ao povo português a escolha e a determinação da política nacional. Só um Estado democrático poderá garantir a liberdade ao povo português.»

Unidade das forças democráticas e patrióticas

«Fomos sempre os maiores defensores da unidade» diz o Relatório, que acrescenta:

«Salvo alguns períodos em que as concepções sectárias ou oportunistas predominavam no nosso trabalho, o Partido tem tido sempre um papel determinante no movimento unitário, colocando-se e colocando a classe operária na vanguarda do movimento.»

A classe operária e as massas populares têm mostrado na luta que aprovam a política unitária do Partido. A unidade da classe operária, a unidade das massas populares, revelando-se sempre em todas as batalhas, pequenas e grandes, económicas e políticas contra a ditadura, tem sido um alto exemplo para todas as forças políticas». Prosseguindo, o Relatório diz:

«O espírito unitário do povo, o apoio popular, a política de unidade do Partido está na raiz do êxito de tal política.»

A constituição da Frente Patriótica de Libertação Nacional, em fins de 1962, com a participação de comunistas, socialistas, republicanos, liberais, católicos progressistas, monárquicos constitucionais, representa novo e importante passo para a unidade de todas as forças antifascistas. Como é geralmente reconhecido, a unidade já hoje existente deve-se em larga medida, à política de unidade do Partido, à iniciativa e aos esforços incansáveis do Partido para unir numa mesma frente toda a Oposição.»

O camarada Álvaro Cunhal analisa seguidamente os vários e complexos problemas da unidade, demonstrando que na ausência actual de qualquer outro partido antifascista organizado, além do Partido Comunista, um papel de grande relevo no terreno da Unidade, é conferido às organizações unitárias tais como as Juntas de Acção Patriótica actualmente existentes.

Sobre o levantamento nacional

«O povo português — diz o Relatório — há muito está convencido de que para derrubar a ditadura fascista e instaurar a democracia, será necessário o recurso à força. Trata-se de uma conclusão geral sobre a qual se não ouvem hoje

vozes discordantes na Oposição.»

Demonstrando o carácter ferrenho da ditadura fascista e a sua recusa sistemática em fechar à Oposição e às massas populares qualquer saída política que não seja a da violência, o relator pergunta:

«E qual é o acto de força que pôde provocar o derrubamento do governo fascista e levar ao poder um governo democrático? O Partido Comunista responde: é o levantamento nacional, é a insurreição popular, é a luta armada do povo e dos militares revolucionários, vencendo e destruindo o aparelho militar e repressivo fascista.»

Alertando contra ideias e vozes irresponsáveis dos «revolucionários» impacientes, diz-se a seguir:

«Uma insurreição não se decreta, porém, ao sabor do mesmo desejo daqueles que pretendem conquistar o poder. Se as condições não estão maduras, nenhuns apelos da vanguarda à luta armada conseguirão desencadear a insurreição.»

Depois de demonstrar que a luta popular de massas é e continuará a ser o motor da revolução e que no processo que nos conduzirá ao levantamento nacional muitas lutas das mais diversas camadas da população terão ainda lugar, «fundindo numa única torrente revolucionária, contra a ditadura fascista, o descontentamento, a indignação e a vontade de luta das amplas massas populares», o relator continua:

«Uma insurreição popular não se pode confundir com uma ou várias manifestações de massas por muito grandiosas que sejam. Uma insurreição popular é a culminância dum amplo e insistente movimento de massas, em que a greve política pode eventualmente ser declarada. Na medida em que esse movimento se desenvolve e se generaliza, os choques com as forças repressivas tornam-se mais agudos, acentuam-se as hesitações e resistência nas forças militares, as massas ganham experiência e decisão para o combate final, as acções violentas aparecem com frequência crescente.»

A perspectiva é elevar a luta a esse nível superior, multiplicar rapidamente as suas organizações e forjar os seus quadros no decurso deste processo revolucionário, orientar então as massas na procura das armas necessárias, passar audaciosamente no momento devido a formas violentas de acção popular, e, na base duma forte organização ligada às massas populares e com fundas raízes nas forças armadas, decidir o momento do assalto final à fortaleza fascista, o momento de desencadear a insurreição.

Não se pode nem deve elaborar um esquema. A luta trará variantes inesperadas. É necessário estar atento aos acontecimentos, aprender com eles e com as massas e escolher as formas de luta mais apropriadas em cada momento. Mas a perspectiva do levantamento nacional é essa.»

A luta popular de massas motor da revolução

«Lutando pelas suas reivindicações imediatas — diz-se no Relatório — a classe operária sente diante de si o inimigo, tem a consciência de que não está a lutar apenas

do Partido Comunista Português

contra um patrão, um indivíduo, mas contra a classe exploradora e o Estado fascista. A luta por melhores salários e por outras reivindicações imediatas é, nas condições presentes, uma luta antifascista e uma escola em que a classe operária desenvolve a sua consciência política.»

Afirmando que há sectários que não compreendem a importância deste tipo de lutas nas condições presentes, o Relatório prossegue:

«A luta reivindicativa, em que se sente pulsar o coração revolucionário do proletariado, é hoje uma luta generalizada, em que participam diariamente dezenas de milhares de trabalhadores». (São descritas no Relatório algumas das inúmeras lutas e os seus objectivos, levados a cabo pela classe operária nos últimos anos).

Sobre a luta nos campos, Alvaro Cunhal diz:

«O governo faz completo silêncio acerca da continuação, persistente e heróica batalha dos assalariados rurais do sul pelo pão e pela liberdade. As lutas dos assalariados rurais pelo melhoramento das suas condições de vida dirigem-se directamente contra os agrários, mas, estando o Estado fascista por detrás destes, a amparar-lhes e a defendê-los, essas lutas, são, de facto e na consciência dos trabalhadores, lutas contra o governo de Salazar.»

São enumeradas no Relatório as lutas de todos os tipos que os operários agrícolas, enfrentando valentemente a repressão fascista, têm travado nos últimos tempos em todo o Alentejo, desde as lutas sem conto por melhores salários, até às inolvidáveis lutas políticas de que a jornada pela conquista das 8 horas e as comemorações do 1º de Maio são os exemplos mais vivos e recentes.

«A resistência dos soldados contra a guerra colonial — diz-se no Relatório — não é apenas um dos aspectos mais brilhantes da solidariedade do povo português para com os povos coloniais. É também um elemento novo na luta contra a ditadura fascista, um índice do enfraquecimento do aparelho do Estado fascista, da radicalização política das massas populares e da combatividade da juventude». O camarada Alvaro Cunhal cita alguns dos muitos casos de resistência à mobilização, deserções colectivas, insubordinação e tentativas de revolta por parte dos soldados mobilizados.

As lutas da Juventude estudantil têm no Relatório apresentado ao Comité Central o merecido relevo, afirmando-se que nos últimos três anos as lutas dos estudantes atingiram um extensão e uma amplitude nunca anteriormente alcançada. Diz-se ali:

«Apesar de toda a repressão, as greves, as concentrações, as reuniões plenárias, as manifestações de rua, adquiriram tal amplitude e continuidade que se tornaram «um problema sério» para o governo. Apesar da repressão, o movimento estudantil reforça-se, alarga-se, politiza-se, torna-se uma das mais importantes frentes de combate contra a ditadura fascista.»

Valorizando justamente a participação dos intelectuais portugueses na luta geral do nosso povo contra o regime salazarista, Alva-

ro Cunhal diz:

«A luta dos intelectuais portugueses contra a ditadura fascista tem sido uma luta corajosa e desasombrosa. Os intelectuais antifascistas declaram-no abertamente, e na actividade profissional, no comportamento cívico, na vida artística, na acção política, tomam atitudes correspondentes; a essa qualidade». São a seguir enumerados vários exemplos do que se afirma, dizendo-se ainda que:

«O grande movimento democrático dos intelectuais portugueses é um factor de importância primordial para o desenvolvimento geral do movimento antifascista até à vitória contra a ditadura e para a realização das tarefas que depois se colocaram ao povo português.»

Mais adiante, o relator analisando o desenvolvimento das lutas políticas de massas no nosso país contra a ditadura fascista, extraíndo ricos ensinamentos das diversas formas de luta quer legais, ilegais ou semi-legais, em que tais lutas se processaram e desenvolveram nas diversas épocas.

A organização, factor decisivo

«O Partido insiste em que a tarefa de organizar é uma tarefa central e decisiva. Insiste na necessidade, não só de fortalecer a sua própria organização, a organização do Partido, mas de fortalecer todas as formas de organização não partidária legais, semi-legais ou ilegais. Insiste na necessidade de aproveitar as organizações legais existentes e tentar mesmo criar novas organizações. E insiste em que, sem cumprir essa tarefa, não se poderá conduzir o movimento antifascista à vitória». E desta forma que abre este importante capítulo do Relatório de Alvaro Cunhal que demonstra seguidamente, como os mais importantes êxitos do Partido da classe operária e das massas na luta contra o fascismo, estão indissolvelmente ligados ao trabalho de organização dessas lutas. Desde a organização mais simples das lutas reivindicativas de carácter económico, passando pela organização da luta sindical, da agitação e propaganda, até à luta contra a repressão; desde as lutas políticas eleitorais e as greves dos trabalhadores, desde a organização da luta legal e ilegal da juventude estudantil até à organização das manifestações das massas trabalhadoras nas jornadas do 1º de Maio, todas estas lutas são analisadas pelo camarada Alvaro Cunhal no seu Relatório, extraíndo dessa análise o ensinamento comum a todas elas — a organização é o factor decisivo.

A concluir esta parte de Relatório, diz-se:

«Assim como as massas se educam e preparam na luta diária para lutas superiores, assim só na organização diária das lutas as forças democráticas e as massas populares ganham hábitos e experiências de organização indispensáveis para uma fase superior do movimento antifascista.»

Caminhos ilusórios

«Três tendências erradas — diz Alvaro Cunhal — se têm há muito manifestado no movimento de-

moerático: o terrorismo, o golpismo e o legalismo. Conforme as épocas uma ou outra destas tendências ganha mais adeptos e se tem mostrado a mais prejudicial. São tendências inspiradas pela pequena burguesia e alguns sectores da média burguesia e correspondem às ilusões existentes ou às desilusões sofridas no difícil e complexo processo revolucionário. Qualquer destas tendências reflecte falta de confiança no proletariado e nas massas populares. Qualquer delas reflecte a tentativa por parte da pequena e média burguesia de ganhar a hegemonia e de impedir o papel determinante do proletariado e do seu Partido na revolução democrática.»

O relator faz em seguida a análise da influência destas três tendências, ao longo dos anos no movimento antifascista, sublinhando a debilidade ideológica em que assentam e os perigos e prejuízos que têm acarretado ao desenvolvimento do movimento popular de massas e da luta democrática, em geral. Em relação a cada uma destas tendências negativas no movimento democrático, é definida com clareza a posição do Partido Comunista.

Um grande Partido

«Em 38 anos de tirania fascista o Partido esteve sempre na primeira fila do combate, sempre ligado à classe operária e ao povo, sempre defendendo os interesses dos explorados e oprimidos, sempre defendendo os interesses da nação portuguesa contra o domínio estrangeiro.» Diz depois o Relatório, acrescentando:

«Pela sua ideologia, pela sua organização, pela sua actividade, pela sua experiência, pela sua história, pela solidariedade do movimento comunista internacional, o Partido Comunista Português goza de prestígio, que nenhuma outra força política possa contestar. O Partido Comunista Português é o mais forte e influente agrupamento político da Oposição antifascista. Não é possível o desenvolvimento vitorioso do movimento antifascista sem a participação determinante do Partido Comunista. Um grande Partido Comunista é factor decisivo para o triunfo da revolução democrática e nacional.»

Alvaro Cunhal salienta que o emadurecimento e aproximação duma situação revolucionária, exigem que se reforce radicalmente o trabalho do núcleo dirigente central do Partido e que se assegure a sua defesa.

Para alcançar esse objectivo, diz ser

necessário cumprir várias condições entre as quais, melhorar a actividade dirigente do próprio Comité Central; integrar de facto todos os organismos dirigentes do Partido na orientação lançada pelo Comité Central; desenvolver de modo coordenado o trabalho de organização e de agitação e propaganda do Partido; adoptar métodos de trabalho que assegurem a defesa do Partido contra a repressão e o estabelecimento duma disciplina de ferro nesta matéria; realizar uma justa política de quadros que permita o seu melhor conhecimento, selecção, educação e promoção.

Salientando que as tendências oportunistas não desapareceram totalmente o camarada Alvaro Cunhal afirma, que as tendências erradas que hoje mais se manifestam são as tendências sectárias e esquerdistas, que começaram a manifestar-se sobretudo nos sectores intelectuais e estudantis e aparecem hoje, tanto no terreno ideológico como na actividade prática, a entravar o desenvolvimento do Partido e a direcção fundamental da sua actividade, a actividade de massas. O esquerdismo constitui hoje o perigo principal no nosso Partido.»

A nossa luta ideológica tem de continuar a ser conduzida nas duas frentes — contra o oportunismo de direita e contra o esquerdismo e o sectarismo — mas o foco devemos concentrá-lo contra o esquerdismo e o sectarismo, perigo principal no momento presente.

O camarada Alvaro Cunhal refere em seguida algumas das principais deficiências da imprensa central do Partido, nomeadamente do «Avante!» e do «Militante». Em relação ao «Avante!» critica o facto de não agarrar devidamente os acontecimentos nacionais ou não os tratar com o devido relevo, de subestimar a importância das lutas dos trabalhadores em comparação com acontecimentos de menor importância e de não dar o devido desenvolvimento às resoluções do Comité Central. Quanto ao «Militante» faz-se notar o facto de sua publicação irregular constituir uma lacuna no trabalho orgânico ideológico do Partido que urge reparar. Salienta-se a necessidade de corrigir rapidamente estas deficiências dando que: «Ao «Avante!» e ao «Militante» cabe explicar, convencer e dirigir. Cabe-lhes um papel decisivo no estabelecimento da unidade de pensamento e acção em todo o Partido e na orientação, dentro de uma linha justa, da luta da classe operária e das massas populares. É indispensável que a correcção seja feita com urgência.»

Finalmente o camarada Alvaro Cunhal, depois do frizar o direito de cada militante manifestar no organismo a que pertence, as suas opiniões e críticas, submete a uma crítica implacável toda a tendência a minar os princípios leninistas do centralismo democrático dentro do Partido, a tendência ao trabalho fraccional e cisionista e a tendência ao afrouxamento do papel dos controladores na defesa intransigente da linha do Partido.

«O Partido do proletariado português — afirma a terminar — continuará quando se pelos princípios do centralismo democrático, reforçará o seu trabalho ideológico, político e orgânico sob a bandeira do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, e baterá em todos os campos aqueles que dentro ou fora do Partido pretendam atingir a sua unidade.»

Comunicado sobre a situação NO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

1º — O Comité Central do Partido Comunista Português, reafirmando a posição expressa na resolução do Comité Central de Agosto de 1963, sobre a situação no movimento comunista internacional, verifica que desde então a situação continua a piorar em resultado da intensificação das actividades anti-leninistas dos dirigentes do Partido Comunista da China.

2º — O Comité Central do Partido Comunista Português tem em alto apreço o espírito de unidade manifestado pelo Partido Comunista da União Soviética, suspendendo unilateralmente a polémica pública e cessando quaisquer críticas públicas ao Partido Comunista da China desde Novembro de 1963 a Abril de 1964, com vistas a facilitar que o Partido Comunista da China tomasse posições semelhantes. Em vez de compreender esta atitude e corresponder a ela, o Partido Comunista da China utiliza-a largamente para desenvolver uma campanha de caluniosos ataques contra o Partido Comunista da União Soviética e outros partidos irmãos, e para intensificar a actividade desagregadora e cisionista no movimento comunista internacional no seu conjunto e em numerosos partidos irmãos.

3º — Na sua resolução de Agosto de 1963, o Comité Central do Partido Comunista Português, pronunciou-se a favor da realização no mais breve possível duma conferência entre os partidos comunistas e operários, mesmo com o objectivo limitado de estabelecer um acordo geral para a cessação da polémica pública e interdição de intervenção de qualquer partido comunista na vida interna de outros partidos irmãos.

(continua na 4ª pag.)

A CLASSE OPERÁRIA COMEMOROU O 1º DE MAIO

(continuação da 1ª pág.)

trabalhadores e do povo português. A sua voz tornou-se uma voz respeitada e querida para a imensa maioria dos democratas e do povo português.

Seguindo as consignas do seu Partido os trabalhadores da cidade e do campo levaram a efeito, no período que antecedeu o primeiro de Maio, as mais diversas lutas em defesa das suas reivindicações, fazendo greves e concentrações, reclamações e abaixo-assinados. São exemplos entre tantos outros as lutas dos operários da CUF do BARREIRO, dos gráfi-cos de LISBOA, da fábrica de pólvora da AMORA, dos mineiros de ALJUSTREL, dos pescadores de MATOSINHOS e do ALGARVE, dos estivadores das GAFANHAS, dos trabalhadores rurais do ALENTEJO e das BEIRAS, dos camponeses da QUARTEIRA, dos operários da construção civil do PORTO.

A corajosa luta da juventude estudantil em defesa das suas reivindicações específicas e contra o colete de forças que o fascismo lhe pertende impor, atropelando brutalmente os seus mais elementares direitos, lutas tão brilhantemente expressas nas comemorações do Dia do Estudante e nas diversas acções contra a repressão fascista, deve também ser citada ao lado das lutas da classe operária, como um sinal de vitalidade e espírito combativo do povo português na luta contra a ditadura fascista e terrorista de Salazar.

As comemorações do 1º de Maio de 1964, de que ao publicarmos este número do «Avante!» conhecemos apenas uma parte, constitui mais uma gloriosa jornada de unidade e luta da classe operária e das vastas massas laboriosas do País. Constitui uma etapa importante no caminho da insurreição popular antifascista e da conquista dum futuro democrático e livre para o povo português.

Trabalhadores da CUF, da Pólvora, Aljustrel, das indústrias gráficas de Lisboa, da construção Civil do Porto, das Gafanhas e muitas outras empresas industriais!

Operários agrícolas da Vermiosa, Almeida, Malpartida, Grândola e outras localidades!

Camponeses da Quarteira e Vale de Cambra!

Estudantes de Lisboa!

As vossas magníficas lutas são uma valiosa contribuição à luta pela conquista da liberdade e democracia, como para a melhoria das condições de vida de todo o povo português.

A grandiosa jornada do 1º de Maio e como as lutas mencionadas e outras que por falta de espaço não referimos e outras que estão ainda em curso estão dentro das palavras de ordem lançadas no apelo do Comité Central que aconselhava a comemorar esta data e continuar a luta para além dela. A forma como milhares de trabalhadores seguiram ou estão seguindo estas palavras de ordem significa que elas são justas que correspondem às aspirações actuais e mais sentidas do povo português.

Trabalhadores da cidade e do campo! Estudantes e intelectuais! Pequenos e médios camponeses, comerciantes e industriais: A luta é de todos os dias!

A criminoso política de Salazar que condena o povo e juventude portugueses à miséria e obscurantismo, a morrer em guerras injustas e condenadas ao fracasso, não pode continuar.

A intensificação das lutas por melhores salários, jornas e vencimentos; por pão e trabalho; a luta contra as guerras de Angola e Guiné e contra o aparelho de guerra fascista; a luta pela liberdade e a democracia; abrem as mais belas perspectivas e são o caminho mais curto e seguro para a concretização prática do Levantamento Nacional vitorioso e para a Revolução Popular.

Avante, valentes trabalhadores! Avante jovens e mulheres!
Avante povo português!

Por novas jornadas de luta, por novas acções que conduzam à melhoria das condições de vida e à derrota do fascismo!

A LUTA NA CUF CONTINUA!

A Comissão Interna da Empresa continua a ser pressionada para que defenda junto do patronato o pagamento do 7º dia e ainda, para que sejam extensivas aos operários as regalias concedidas aos empregados. Ainda que apoiando-se na Comissão, os operários não deixam de se movimentar quando têm razão para tal.

Como os últimos feriados coincidiram com o dia de pagamento, a empresa distribuiu uma circular a dizer que só pagaria no fim do mês, muito embora concedesse abonos

de 200 a 500 escudos. A reacção foi imediata havendo mesmo secções que chegaram a paralisar indo os operários falar com os engenheiros, obrigando a direcção da empresa a anular a resolução.

Também o pessoal da zona metal-mecânica foi todo reclamar bolas de protecção, tendo alcançado que fossem distribuídas aos que sabem ler. Os tubarões Melos tentam apresentar assim como castigo para os analfabetos aquilo que não passa de uma forma de ficar com o dinheiro nos cofres.

prédio após prédio, os braços foram caído. A greve só terminava com a readmissão dos despedidos e o aumento dos seus salários, que eram diferentes do geral. No dia seguinte apareceu a polícia, querendo obrigar a trabalhar pela força. Os operários defenderam-se: dos prédios voavam tijolos e telhas! Os choques foram frequentes até à vitória final!

A LUTA DOS PESCADORES DO «SANTA MAFALDA»

A tripulação do bacalhoeiro à linha «Santa Mafalda», regressado da safra mais cedo para reparações, foi despedida. Logo que chegaram a terra dirigiram-se ao director da empresa, o grande tubarão da pesca Egas Salgueiro, a quem apresentaram a reivindicação duma indemnização. O Egas pretendeu primeiro ganhar tempo mas depois, quando a comissão de unidade dos pescadores o procurou segunda vez, recusou a indemnização. Foi então que os

POR AUMENTOS DE SALÁRIOS!

Mantendo uma firme disposição de continuar a luta por aumento de salários até à sua satisfação, os operários da fábrica de Pólvora da AMORA, têm-se concentrado, secção após secção, na gerência a apresentar a sua reivindicação.

Também em ALJUSTREL continuam as

concentrações no sindicato para que este intervenha na solução das reivindicações dos mineiros. Como a experiência de outras formas de luta é grande, os valentes mineiros utilizá-las-ão e vencerão. A redução da produção fará recuar os exploradores belgas.

A LUTA DOS ESTIVADORES DAS GAFANHAS

Cerca de 3 dezenas de estivadores da Barca da Nazaré que descarregavam um gancho pelo salário diário de 35\$00, reivindicaram 40\$00, que era o salário pago na descarga doutros barcos. Perante a recusa patronal os operários entraram em greve, o que levou o patrão a despedi-los. Mas se quis continuar com o trabalho teve de pagar ao novo pessoal que recrutou os 40 escudos reivindicados pela classe.

VALE DE CAMBRA — Os pequenos e médios camponeses desta região têm se movimentado com vistas à formação de uma cooperativa que os liberte da tutela e exploração do Grémio da União das Cooperativas de Entre-Douro e Vouga, dominada pelos grandes produtores, e ainda da praga dos intermediários. Esta justa aspiração dos camponeses da região de Vale de Cambra tinha já em Março a adesão de 400 pessoas que haviam com a sua assinatura apoiado a iniciativa.

CONTRA O DESEMPREGO

VICOTEX — Os donos desta empresa, depois de provavelmente terem deixado fôgo à fábrica e feito rendoso negócio vendendo os terrenos à CUF, preparavam-se para deixar pura e simplesmente o pessoal reduzido à miséria. Os trabalhadores, entre os quais se destacaram as mulheres, formaram ampla comissão de unidade que apoiado noutros trabalhadores, se dirigiu ao ministro das Corporações, que não teve outro remédio senão atender as suas reclamações.

O resultado desta luta foi os patrões terem de pagar 2 meses de salário completo e de lhes pagar durante 6 meses quatro dias por semana enquanto os operários não arranjarão trabalho.

IDAL (Castanheira) — Os patrões desta empresa resolveram fechá-la durante os dias de carnaval e não pagar aos operários os dias perdidos. Meses é que não estiveram pelos ajustes, obrigando os patrões a pagar integralmente os dias em que não trabalharam.

OS OPERÁRIOS BATEM-SE CONTRA A POLÍCIA

No Pereiró está em construção um grande bairro. Um grupo de operários reivindicou aumento de salário. Não só não foram atendidos como foram despedidos. Então, entre os 700 operários, correu a energia vitalizadora da solidariedade da classe,

DUAS SEMANAS DE GREVES

VERMIOSA (Freguesia de Castelo Rodrigo) — Em meados de Janeiro os trabalhadores rurais desta localidade resolveram não trabalhar enquanto lhes não aumentassem a jorna de 20 para 25 escudos. Para fazer triunfar a sua reivindicação os trabalhadores da Vermiosa dirigiram-se aos seus companheiros de Almeida e Malpartida pedindo-lhes a sua solidariedade e incitando-os a não trabalhar por jorna inferior. Os trabalhadores destas duas localidades passaram a exigir o mesmo salário.

Como é hábito, a PIDE e a GNR não se fizeram esperar com o seu cortejo de vio-

lência e prisões. Mas os valentes trabalhadores, longe de se intimidarem, responderam à repressão com uma nova e justa reivindicação: sem o aumento desejado e a libertação dos companheiros presos ninguém trabalha! A firmeza posta na luta e a unidade de todos durante duas semanas de greve deu-lhes a vitória total.

40 homens que trabalhavam na reparação do barco, numa solidariedade de classe magnífica, pararam imediatamente o trabalho e, juntamente com os pescadores desempregados invadiram os escritórios e obrigaram o patrão a assinar um acordo que garante a cada pescador desempregado um salário de 31\$00 diários, desde o fim da reparação do barco até ao começo da nova safra.

LUTAS E GREVES

GRÂNDOLA — Um rancho de assalariados que trabalhava para o agrário Manuel Dias abandonou o trabalho durante uma semana por este se recusar a pagar a jorna de 30\$00. Só depois de alcançada a sua reivindicação voltaram ao trabalho.

MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

(continuação da 3ª página)

Os acontecimentos mostraram a justeza desta posição. Quanto mais tempo passa mais dificuldades surgem para a realização da conferência e menos possibilidades haverá de evitar a cisão. O Comité Central do Partido Comunista Português, considera que se impõe a imediata convocação da conferência dos partidos comunistas e operários.

4º — Não há divergências ideológicas que possam justificar uma acção tendente ao rompimento da unidade da maior fortaleza da classe operária internacional, que é o campo socialista, e ao rompimento da unidade do movimento comunista à escala internacional e dentro de cada país.

A posição em relação à unidade do movimento comunista internacional e à unidade do campo socialista é hoje a pedra de toque dos marxistas-leninistas. Aqueles que a defendem servem os interesses do movimento operário e da causa do comunismo; aqueles que procuram destruí-la prestam um grande serviço ao imperialismo. O Partido Co-

munista Português, pelo seu lado, até se esgotarem as últimas possibilidades de evitar a cisão, tudo fará em defesa da unidade do movimento comunista internacional.

5º — O Comité Central do Partido Comunista Português considera que a luta de cada partido comunista em defesa da unidade, sob a bandeira do marxismo-leninismo, se faz em dois campos. Por um lado, intervindo no debate no plano internacional e defendendo dentro do partido a linha geral do movimento comunista; por outro lado, lutando dentro do partido pela unidade do pensamento e acção, na base da linha política que o próprio partido aprovou e dos princípios do centralismo democrático e não contemporizando com qualquer trabalho fraccionista e cisionista. Seguindo esta orientação, o Partido Comunista Português cumpre o seu dever internacionalista e o seu dever para com a classe operária e os trabalhadores de Portugal.

Abril de 1964

O Comité Central do Partido Comunista Português